

Assédio contra professoras na pós-graduação em Comunicação no Nordeste: uma investigação sobre a manifestação desta violência¹

Michelly Santos de CARVALHO²

Letícia CARDOSO³

Leila Lima de SOUSA⁴

Tháisa Cristina BUENO⁵

Universidade Federal do Maranhão

Janaína Lopes de AMORIM⁶

Universidade Federal do Pará

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar aspectos das práticas de assédio sexual e/ou moral vivenciadas por docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação no Nordeste brasileiro. Buscamos analisar e conhecer as situações de assédio sexual e moral que são ou que podem ser vivenciadas na prática docente diária. A pesquisa conta com uma fase quantitativa e exploratória, bem como um segundo momento qualitativo. Primeiro as professoras foram convidadas a responder um questionário com perguntas gerais sobre o assunto, e em seguida, algumas que manifestaram interesse em continuar participaram de entrevistas. Este trabalho, em específico, traz alguns dados obtidos no questionário aplicado às docentes com reflexões iniciais sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE

Assédio; professoras; pós-graduação; nordeste

1. INTRODUÇÃO

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Professora e Coordenadora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz – MA), Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis. E-mail: michelly.carvalho@ufma.br

³ Professora adjunta do Curso de Jornalismo, campus São Luís, e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. E-mail: owner:leticia.cardoso@ufma.br

⁴ Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Vice-coordenadora do Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em comunicação, gênero e feminismos: Maria Firmina dos Reis, da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: sousa.leila@ufma.br

⁵ Professora adjunta do curso de graduação em Jornalismo na UFMA de Imperatriz e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. E-mail: thaisa.bueno@ufma.br

⁶ Doutoranda em Comunicação (UFPA). Bolsista Capes. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (2021). E-mail: jannaina.amorim@gmail.com

De acordo Hirigoyen (2015) o assédio constitui qualquer conduta abusiva que leve a prejuízos em termos de personalidade, dignidade ou integridade física ou psíquica de alguém colocando em risco o ambiente de trabalho ou mesmo o emprego da pessoa assediada. No caso do assédio moral, ocorre por meio de comportamentos ou atitudes agressivas que visam a desmoralização e/ou desqualificação profissional do assediado o que provoca desestabilização emocional e psíquica tornando o ambiente de trabalho hostil, desagradável e muitas vezes insuportável (BARRETO, 2003). Já o assédio sexual, ocorre a partir de dois pontos importantes: primeiro uma força que julga ser capaz de dominar o outro que pela circunstância é mais fraco, e segundo, o intuito de obter vantagem sobre o corpo do outro por meio de uma relação carnal (DINIZ, 1998).

Uma análise prévia sobre os estudos empreendidos sobre o tema do assédio no ambiente profissional destaca que é um assunto que conta com uma quantidade reduzida de trabalhos divulgados, podemos usar como por exemplo a base de dados SciELO - Scientific Electronic Library Online. Uma pesquisa sobre o tema entre os anos de 2000 a 2022 mostrou apenas 26 resultados em língua portuguesa com 24 publicações no Brasil, uma em Portugal, e uma no Uruguai.

Em relação às áreas temáticas os estudos se concentram nas Ciências da Saúde com 19 trabalhos. As Ciências Sociais Aplicadas ficam atrás com seis, bem como as Ciências Humanas com cinco. Dados controversos com a quantidade de teses e dissertações já feitas desde 2000. Uma pesquisa exploratória realizada no banco de teses e dissertações da CAPES mostrou um resultado impressionante de 1.011.799 trabalhos já realizados até o ano de 2018 (ano mais recente na base) que apresentam a temática direta ou indiretamente. Entretanto, está longe de ter uma divulgação satisfatória no que toca à publicação em periódicos científicos no país.

Neste sentido, nosso estudo tem por objetivo analisar os aspectos da experiência do assédio sexual e moral vivenciadas por docentes de pós-graduação stricto sensu em Comunicação no Nordeste brasileiro.

2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Apoiadas na pesquisa bibliográfica realizada, construímos uma metodologia híbrida que reúne procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos, a fim de alcançar nosso objetivo geral. No presente trabalho, apresentamos alguns resultados da primeira fase da investigação que realizou um mapeamento exploratório e panorâmico, por meio de um

formulário da *Google* direcionado a professoras dos programas de Pós-Graduação em Comunicação do Nordeste. A intenção foi obtermos uma referência quantitativa das ocorrências de vítimas da prática do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

Atualmente, dos nove estados do Nordeste, apenas Alagoas não oferecem cursos de pós-graduação neste nível. Os oito demais, juntos, incluindo cursos públicos e privados, somam 12 programas – Sergipe (1), Piauí (1), Rio Grande do Norte (1), Pernambuco (2), Bahia (2), Maranhão (2), Paraíba (2), Ceará (1).

Dados levantados pela Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI), divulgados pela Agência Brasil [TB1], dão conta que o Brasil é o país íbero-americano com maior percentual de mulheres assinando artigos científicos, como autora ou coautora. Além disso, dados divulgados pela Capes [TB2] (2020) destacam que as mulheres são maioria entre os bolsistas de mestrado e doutorado no Brasil. Elas somam 195 mil matriculadas de um universo de 364 mil estudantes.

Assim, de um universo de 70 docentes mapeadas da região selecionada para a pesquisa, conseguimos 37 interlocutoras, professoras de programas de Pós-Graduação em Comunicação, oriundas dos 9 estados nordestinos. No entanto, dados preliminares desta pesquisa apontam que apesar da forte presença feminina na pós-graduação, as mulheres continuam sofrendo com violências de gênero nestes espaços. Assim, seguimos com um detalhamento das informações obtidas.

3. DADOS PRELIMINARES

A partir do levantamento de dados disponibilizados nos questionários podemos destacar a faixa etária das participantes. A maior delas, 64,9%, está na faixa de 45 anos ou mais; 32,4% têm entre 35 e 44 anos; e apenas 2,7 (correspondente a uma entrevistada), está na faixa etária de 25 a 34 anos. O fator idade demonstra que para chegar ao topo da carreira acadêmica (em nível de pós-graduação) precisam investir muitos anos de sua vida, pois nem metade das informantes apresentaram menos de 45 anos.

Em relação ao estado civil das participantes da pesquisa, observamos que a maior parte, 48,6%, é solteira. Reunindo as casadas e em união estável, o somatório não chega ao percentual das solteiras, que é de 43,2%. E ainda, três mulheres optaram por não dar essa informação. Embora seja cedo para tirarmos conclusões a respeito disso, tais dados nos levam a pensar nas dificuldades que mulheres pesquisadoras encontraram para manter, ao mesmo tempo, uma vida conjugal e excelência no âmbito acadêmico, tendo em vista que, em geral, as atividades

domésticas e relativas ao gerenciamento familiar ainda ficam bastante concentrados na figura da mulher.

Chama atenção no quesito filhos o fato de 16 mulheres, que corresponde a 43,2%, optarem por não responder essa questão, ou seja, ou não têm filhos ou simplesmente não queriam informar. A pesquisa verificou 29,7% com dois filhos, 16,2% com um filho e o mesmo percentual de 5,4% para aquelas que possuem três e quatro filhos. Caberia investigar mais a fundo esses dados, como por exemplo, cruzar a informação sobre maternidade com o estado civil e verificar se responsabilidade pela criação dos filhos é dividida com o pai da criança ou se é uma tarefa solo. Porém, uma reflexão possível, é que o ato de não prestar informações sobre esse indicador pode se tratar de um posicionamento político, uma forma de se proteger ou evitar estigmas relacionados à maternidade na carreira acadêmica.

No que diz respeito à raça, a grande maioria, 64,86%, declararam-se brancas, apenas 29,72% consideram-se pardas, 2,7% identificam-se pretas e 2,7% não informaram a etnia. Sobre esse recorte de raça, é notória a desigualdade de condições entre mulheres brancas e pretas/pardas no âmbito do ensino de pós-graduação.

Segundo a pesquisa de indicadores sociais das mulheres no Brasil do IBGE (2019), as mulheres brancas da faixa entre 25 e 34 anos que possuem nível superior correspondem a 26,7% da população brasileira, enquanto para as mulheres pretas e pardas esse índice cai para 12,9%. Embora a população feminina brasileira seja constituída por 44% de pretas e pardas (nos 51% da população brasileira que é do sexo feminino), mulheres pretas e pardas continuam sendo minorias nos espaços acadêmicos, o que aponta condições bastante desiguais em relação às mulheres brancas.

Seguindo o mesmo raciocínio os/as organizadores/as do Dossiê Interseccionalidade e Plataformas Digitais da Revista Fronteiras fazem uma autocrítica destacando que mesmo sendo uma coletânea sobre a temática da Interseccionalidade, a branquitude segue no exercício de sua supremacia, com presença na autoria de mais de $\frac{2}{3}$ dos textos do volume. “(...) serve também como alerta para o campo comunicacional como em relação às questões estruturais que se manifestam nas revistas acadêmicas. Como trazer a interseccionalidade para o debate, trazendo também sujeitos atravessados pelas matrizes de opressão?” (CARRERA et al, 2022, p.20)

Encaminhando os dados para o objeto central da pesquisa, a prática do assédio sexual sobre as mulheres pesquisadoras, o panorama inicial indica que 35,1% das participantes já sofreram esse tipo de violência. Já 10,8% das interlocutoras não se recordam e 54% afirmam não ter sofrido esse tipo de violência. Dentre as que sofreram assédio sexual, apenas uma

ocasião se deu fora do ambiente de trabalho. As demais, seis casos cometidos por colegas de trabalho; seis ocorrências praticadas por estudantes; e uma entrevistada disse sofrer assédio tanto de aluno quanto de colega de trabalho. Especificamente, dos sete colegas de trabalho que cometeram assédio, quatro possuíam cargos de hierarquia superior, enquanto dois tinham hierarquia equivalente e um hierarquicamente inferior. Esse dado revela que as professoras sofrem tanto assédio vertical, aquele em que o assediador dispõe de modos de penalização da vítima caso haja a recusa; quanto horizontal (FREITAS, 2001)

Outro dado relevante é que a maioria dos assediadores são homens, em contraposição a duas mulheres, o que ratifica que o assédio tem relações profundas com as questões de gênero, resultado de uma sociedade falocêntrica e machista, onde as relações são construídas de formas assimétricas, respaldando comportamentos masculinos violentos (SAFIOTTI, 1987).

A maior parte das mulheres que participaram da pesquisa, ou seja, 73% consideram seu ambiente de trabalho machista. 21,6% não têm tanta certeza e responderam que talvez o ambiente seja machista. E apenas 5,4% não identificam o machismo no local de trabalho. As instituições de ensino superior em que hospedam os programas de pós ainda estão pouco preparadas para lidar com denúncias de assédio sexual. Apenas 40,5% dizem contar com canais de denúncia na instituição de trabalho; 37,8% não têm canais para realizar denúncias e 21,6% desconhecem a existência desses aparatos.

No âmbito das instituições que preveem a possibilidade de denúncia, esta acontece por meio dos seguintes canais: sete através de ouvidorias ativas; três acontecem por meio de comissões; uma instituição realiza processo administrativo; uma delas lança mão de ouvidoria e processo; e existem duas ouvidorias que segundo as informantes não funcionam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram que os programas de pós-graduação pesquisados contam com professoras pesquisadoras, solteiras, brancas, de 45 anos ou mais, que preferem não informar se têm filhos. E ainda, uma análise inicial das informações obtidas aponta que o ambiente acadêmico é desfavorável às mulheres, seja por estarem suscetíveis a práticas diárias de machismo, pois 73% consideram que o machismo está presente nas relações diárias no ambiente profissional, seja pelas violências que estão expostas. Observa-se também que a maior parte das ocorrências de assédio parte de colegas de trabalho de hierarquias superiores, o que mostra que as relações de poder afetam diretamente no processo de “autorização” dos assediadores para a prática de violências.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. **Violência, Saúde e Trabalho**. Uma Jornada de Humilhações. São Paulo: Educ, Editora da PUC, 2003.

CARREIRA, F., *et. al.* Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas de pesquisas em Comunicação. **Revista Fronteiras**, v. 24, n. 1, p.14-21, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/issue/archive>. Acesso em 02 mai. 2023.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, v. 1, 1998.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v. 41 . n. 2. Abr./Jun. 2001.

PINHEIRO, L.; SOARES, V.. **Relato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA & UNIFEM, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.